



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 3**

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-460-3 DOI 10.22533/at.ed.603191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SÃO ATENDIDOS PELO SAREH	
Geicinara Martins de Almeida Oliveira Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910071	
CAPÍTULO 2	12
A ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS GERAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS	
Ester Vitória Basílio Anchieta Ezer Wellington Gomes Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6031910072	
CAPÍTULO 3	24
A PARTICIPAÇÃO DE UMA ALUNA EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Rodrigo Barbuio Evani Andreatta Amaral Camargo Ana Paula de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.6031910073	
CAPÍTULO 4	40
A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SEU COMPORTAMENTO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE	
Ivanusa Maria da Silva Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910074	
CAPÍTULO 5	48
A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE SP COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Carolina Lourenço Reis Quedas Silvana Maria Blascovi-Assis Maria Eloisa Famá D´Antino	
DOI 10.22533/at.ed.6031910075	
CAPÍTULO 6	61
A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Dilene Pinheiro da Silva Ailton Vitor Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.6031910076	
CAPÍTULO 7	70
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal Juliana Marcondes Bussolotti	
DOI 10.22533/at.ed.6031910077	

CAPÍTULO 8	85
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910078	
CAPÍTULO 9	96
ARTE, VISÃO DE UM MUNDO COM DEFICIÊNCIA	
José Ricardo Lopes da Silva	
Laís Helena Gouveia Rodrigues	
Lucas Moreno Cavalcanti Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.6031910079	
CAPÍTULO 10	110
CONSTRUÇÃO DO SENTIDO COLETIVO EDUCACIONAL E A BUSCA DA INSERÇÃO SOCIAL DOS AUTOINSUSTENTÁVEIS: UM RELATO VIVENCIADO	
Giselda Frank	
Viviane Brandão Frigo	
Samira Furlan	
DOI 10.22533/at.ed.60319100710	
CAPÍTULO 11	115
CURRÍCULO EDUCACIONAL, UM OLHAR PELAS DIVERSIDADES	
Lucimar Araújo Braga	
Igor Antonio Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.60319100711	
CAPÍTULO 12	130
DEFASAGEM IDADE/SÉRIE E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS	
Tatiane de Fátima Kovalski Martins	
DOI 10.22533/at.ed.60319100712	
CAPÍTULO 13	136
DESAFIOS DA INCLUSÃO COMO INSTITUINTE DESENCADEANTE DE MUDANÇA NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	
Neide Barbosa Saisi	
DOI 10.22533/at.ed.60319100713	
CAPÍTULO 14	145
EDUCAÇÃO EM SAÚDE A DEFICIENTES VISUAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL	
Ana Carolina Guidorizzi Zanetti	
Kelly Graziani Giaccherro Vedana	
Anderson Heiji Lima Miyazaki	
Bárbara Gadioli	
Beatriz Molina Carvalho	
Bruna Marques Chiarelo	
Carine Sanches Zani Ribeiro	
Cíntia Coró	
Cristiano Gimenez Olímpio	
Daniele Maria Nogueira	
Isabelle Wengler Silva	

João Paulo Ferreira Rodrigues
Jonas Gabriel Pestana Gradim
Julia Cintra Gomes
Juliana Masini Garcia
Livia Maria Landgraff Pereira
Mariana Aparecida de Jesus Castro Santos
Murillo Fernando Jolo
Thainá Ferreira de Toledo Piza
Tatiana Pupim Libório

DOI 10.22533/at.ed.60319100714

CAPÍTULO 15 150

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Silvana Mara Bernardi Rizotto
Fernanda Sprada Lopes
Ivo José Both

DOI 10.22533/at.ed.60319100715

CAPÍTULO 16 154

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Paula Dantas Ferreira
Dayane Mary Soares da Costa
Dayse Alves dos Santos
Marcos Antônio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100716

CAPÍTULO 17 171

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: A CIDADANIA ATRAVÉS DAS ONDAS DA RÁDIO ESCOLAR

Alana Lessa do Nascimento Silva
Evaldo Ribeiro Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100717

CAPÍTULO 18 182

ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CEGOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Soares Sandrini Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100718

CAPÍTULO 19 187

ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100719

CAPÍTULO 20	193
INFOLIBRAS: VÍDEOAULAS PRÉ-VESTIBULAR EM LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Jaison Fernando da Silva Caroline Barboza Januário Lívia Bianca Oliveira Dariva Daniele Rosa de Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100720	
CAPÍTULO 21	199
LEI N. 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE COM COMPORTAMENTO DESVIANTE?	
Darliane Silva do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.60319100721	
CAPÍTULO 22	204
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MARCOS LEGAIS DO BRASIL DE 1994 A 2015	
Juliane Kelly de Figueiredo Freitas Josanilda Mafra Rocha de Moraes Lenina Lopes Soares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100722	
CAPÍTULO 23	217
O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DO ENSINO RELIGIOSO	
Patrícia Aparecida da Cunha Guilherme Alessandro Garcia Eloy Alves Filho	
DOI 10.22533/at.ed.60319100723	
CAPÍTULO 24	224
O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA SURDOS	
Rosanea Beatriz Borges Melchior José Tavares Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.60319100724	
CAPÍTULO 25	232
PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ENFOQUE CTS/CTSA NO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO À INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA	
Ivone Liphhaus Almeida Sidnei Quezada Meireles Leite	
DOI 10.22533/at.ed.60319100725	
CAPÍTULO 26	245
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO	
Ivana Aparecida Weissbach Moreira Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls	
DOI 10.22533/at.ed.60319100726	

CAPÍTULO 27	251
USO DE INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE LETRAMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Fernanda Cinthya de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100727	
CAPÍTULO 28	270
TDAH: SUAS IMPLICAÇÕES COM A VIDA	
Yara Vieira Alberti	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.60319100728	
CAPÍTULO 29	280
PROJETO VIVENDO AS DIFERENÇAS	
Cintia Cristina Escudeiro Biazan	
Denise Aparecida Refundini Castellani	
Sandramara Morando Gerbelli	
Viviane Franzo Juliani	
DOI 10.22533/at.ed.60319100729	
CAPÍTULO 30	291
TRANSFORMAR PARA INCLUIR – O CASO DO CAIS DE CONTAGEM-MG	
Élida Galvão do Nascimento	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.60319100730	
CAPÍTULO 31	301
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR	
Everton Ucela Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100731	
CAPÍTULO 32	312
PROPOSTA DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS UTILIZANDO ATIVIDADES E MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU BAIXA VISÃO VERSANDO CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO	
Thamires de Souza Nascimento	
Andréa Aparecida Ribeiro Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100732	
SOBRE O ORGANIZADOR	323

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

Everton Ucela Alves

Universidade Fernando Pessoa (UFP)

Porto - Portugal

RESUMO: O tema da inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino regular, vem sendo amplamente discutido no Brasil, embora as discussões já não sejam as mesmas de décadas atrás, cuja as quais giravam em torno de questões sobre a possibilidade de incluir alunos com NEE ou se a segregação dos mesmos era o melhor a ser feito, considerando o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno, atualmente a problemática se debruça sobre as condições fundamentais, desde oportunizar acesso aos equipamentos de ensino, capacitação de professores, adequação de ambientes escolares para receber alunos com os mais variados tipos de necessidades e principalmente, sobre benefícios que esta inclusão oferece aos alunos com NEE e aos demais alunos que compõe a sala de aula. Esta pesquisa é parte de um estudo mais amplo, por isso não tem a pretensão de sanar a discussão em torno do assunto, mas sim, justificar e apontar a necessidade de estudos mais aprofundados em torno da temática, portanto foi selecionada uma única unidade escolar dentre as 51 EMEIEFs da cidade de Santo André, nessa unidade foram

aplicados questionários acerca da inclusão de alunos com NEE à todos os professores que lecionam na educação infantil e ensino fundamental, com objetivo de avaliar a inclusão na prática, através da perspectiva desses profissionais, refletindo sobre questões como: Quais as dificuldades em garantir a inclusão prevista na teoria? Como melhorar as práticas inclusivas em sala de aula? E principalmente. O professor acredita na educação inclusiva?

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Necessidades Especiais; Educação;

ABSTRACT: Topic about inclusion of students with special educational needs (SEN) in a regular classroom have been widely debated in Brazil. Although, the debate is no longer the same as they were decades ago, when the question was simply whether students with SEN should be included or not, nowadays it is more complex and has other issues like materials and equipment in accessible formats, teacher's qualifications, accessible settings and benefits of inclusion for both students with or without SEN. The aim of this search (a part of a larger project) is to identify the need for further studies about the inclusion of students with SEN. For this purpose, it was selected one school from 51 EMEIEFs (pre and elementary schools) in Santo André city (Sao Paulo State, Brazil) where a questionnaire about student inclusion

was applied to all teachers. The answers for questions such as “what are the difficulties in ensuring inclusion?”, “how to improve inclusion in the classroom?” and “does the teacher believe in inclusive education?” will provide an evaluation of inclusion in the practice of a classroom, from the teacher’s perspective.

KEYWORDS: Inclusion, special needs, education

INTRODUÇÃO

As discussões em torno do tema da Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) nas salas de aula do ensino regular tiveram grande avanços nas últimas décadas, chegando na atualidade com o paradigmas em torno das condições fundamentais, desde oportunizar o acesso aos equipamentos de ensino, a preparação de professores e ambientes escolares, para receber alunos com os mais variados tipos de necessidades e principalmente dos benefícios reais que esta inclusão oferece aos alunos com NEE e aos demais que compõe a sala de aula como relatado por Mendes (2006), ao afirmar que as dificuldades da educação especial brasileira vão além da falta de acesso, pois os poucos alunos que acessam as escolas de ensino regular, não estão recebendo a educação apropriada.

Este artigo é apresentado como parte de um estudo maior e mais abrangente, que busca a compreensão e análise da inclusão de alunos com NEE dentro das salas de aulas regulares nas escolas municipais de Santo André, assim faz-se pertinente esclarecer que a pesquisa foi elaborada em loco, apenas através da perspectiva dos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental de uma única escola, deixando para uma pesquisa mais aprofundada e necessária as demais vertentes que envolvem o tema e interferem em sua prática, dessa forma, podendo ou não representar a realidade da rede de ensino de Santo André como um todo, mas com certeza há um indício da necessidade de pesquisas mais profundas e detalhadas, que englobe todos, ou ao menos a maioria dos profissionais da rede e não somente professores.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2017, utilizando como público alvo os professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental dos períodos manhã e tarde da EMEIEF em questão, localizada na periferia da cidade de Santo André, foram aplicados questionários acerca da inclusão de alunos com NEE em salas regulares, com questões fechadas, utilizando a abordagem quantitativa para análise dos dados obtidos, que de acordo com Gil (1989), essa abordagem colabora com o objetivo do aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Tal qual mencionado anteriormente, os demais profissionais como Professores de Educação Física, Monitores de Inclusão Digital (MID), Agentes de Inclusão Escolar (AIE), Professores Assessores de Educação Inclusiva (PAEI) e Assistente Pedagógico (AP), foram descartados do estudo em primeiro momento, não por serem menos importante, muito pelo contrário, para incluir todos esses profissionais seriam necessários estudos

com maior demanda de recursos e se tratando de um artigo, correria o risco de um assunto de tamanha grandeza e relevância fosse abordado de maneira superficial.

Com o objetivo de compreender como ocorre a inclusão na prática, de acordo com a perspectiva dos professores e iniciar a resolução ou estimular novas pesquisas sobre algumas questões como: Quais as dificuldades encontradas para que na prática, ocorra a mesma inclusão prevista em teoria? Como as práticas em salas de aula podem ser melhoradas? O professor acredita na educação inclusiva de alunos com NEE? Sendo esta a questão principal.

Após a análise dos dados coletados através desta pesquisa, pode-se afirmar que de acordo com os professores da EMEIEF pesquisada existem dificuldades, porém também há esperança na maneira em que se é realizada inclusão dos alunos com NEE.

CAMINHOS PERCORRIDOS PELA REDE DE EDUCAÇÃO DE SANTO ANDRÉ

De acordo com Batistão (2013), logo após a promulgação da Constituição de 1988 a Secretaria de Educação de Santo André inicia movimentos em busca da educação para todos, atendendo indistintamente a todos os alunos na rede regular, como está explicitado no Artigo 247, da lei orgânica de 1990 ao firmar que, o município deve providenciar atendimento escolar a educação infantil, educação de jovens e adultos e educação especial, que corrobora com leis tratados e convenções nacionais e internacionais como a declaração de Salamanca (1994), documento esse que até o momento norteia todas as ações relacionadas a inclusão de alunos com NEE na maioria das nações em todo o globo, ao solicitar que os governos “atribuam a mais alta importância política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.”

Desde então a ideia de escola para todos vem ganhando força dentro do município, embora ainda seguindo diretrizes federais para efetuar a teoria da inclusão, foi criado o CADE (Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional) no ano de 1999, com o objetivo de auxiliar o professor nas questões relacionadas ao ensino e aprendizagem, principalmente em relação aos alunos que apresentem algum tipo de NEE, atendendo todo o ensino regular municipal, propondo caminhos, a fim de sanar as dificuldades encontradas por professores e alunos, assim como o atendimento clínico através de parceria com a Secretaria da Saúde.

A criação do CADE está intimamente ligada com a evolução da visão sobre a inclusão escolar no município de Santo André, pois nos anos subsequentes, apesar das dificuldades, houve a expansão do pensamento da escola para todos, assim com o aumento no quadro de funcionários ligados ao CADE, como os PAEI's (Professores Assessores de Educação Inclusiva) e mais recentemente os AIE's (Agentes de Inclusão

Escolar). Ter o CADE como dispositivo dentro das unidades escolares buscando sanar as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, assim como lutando por melhorias estruturais e legislativas, é fruto de políticas públicas que buscam a melhoria dos serviços oferecidos a sociedade.

Após longo período surge a Lei nº 9.723 de 20 de julho de 2015, o Plano de Educação de Santo André, que estabelece metas a serem cumpridas até o ano de 2025, para garantir o avanço da educação no município, onde questões relacionadas a inclusão surgem com força e ganha legitimidade pelo fato de ter sido construído através de processo participativo, onde membros da sociedade civil, familiares, alunos e professores se envolveram.

A lei 9.723/15 reafirma todo o processo de luta e evolução em busca de uma escola de qualidade para todos, com metas ambiciosas como:

Universalizar, para a população a partir de 0 (zero) ano, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento/ transtorno do espectro autista e altas habilidades ou super dotação, o acesso à educação básica e ensino superior na rede regular de ensino pública e/ou privada com a garantia de sistema educacional inclusivo e atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, público ou conveniados, submetidos a critérios rigorosos de conveniamento, que levem em consideração a perspectiva educacional inclusiva. (SANTO ANDRÉ, 2015, p.34-35).

Como será apresentado a seguir, apesar de toda história de pioneirismos, luta e busca que Santo André possui em torno da educação inclusiva, algumas questões necessitam ser analisadas, pois existe distância entre as teorias legislativas e as ações colocadas em práticas, sendo essas as ações levantadas nesse estudo como as de maior importância, não adianta ter leis inclusivas que na prática, dentro das salas de aula, não consigam ser concretizadas, seja por falta de conhecimento e compreensão, por professores que não acreditam na forma de inclusão proposto pelo município de Santo André ou até mesmo por não creditar na inclusão de alunos com NEE em escolas de ensino regular, por mais que não se queira acreditar nessas possibilidades elas existem e estão nas mãos das pessoas que fazem o contato direto com os alunos e familiares.

Outra questão importante para se ter em mente são os interesses políticos e econômicos que a criação da corrente de uma escola para todos estão envolvidos, como diz Mendes (2006) em seu artigo, mesmo com motivos louváveis e até o momento comprovados por estudos, se faz necessário compreender que grande parte do apoio governamental em torno das questões da inclusão dentro das escolas de ensino regular, surge com a possibilidade de transformar uma educação segregada em escolas de educação especial e escolas de ensino regular em um sistema único de educação, reduzindo os gastos que teriam em duas frentes e retirando o apoio financeiro a instituições especializadas, entendendo que o mesmo serviço é prestado pelo setor público. Com tudo surgem questões como: Até quando os interesses

políticos e econômicos estarão caminhando no mesmo sentido das necessidades da sociedade? Quando os interesses da sociedade e do governo não forem mais paralelos, qual dos interesses irá prevalecer dentro das instituições públicas?

PERFIL DO PROFESSOR

Os professores utilizados como grupo de amostra estavam todos atuando diretamente em salas de aula, com o número total sendo representado por 40% da educação infantil e 60% do ensino fundamental I, todos aprovados em concurso público da prefeitura de Santo André para exercer o cargo de professor, embora nem todos fossem lotados, (Pertencesse ao quadro fixo de professores da escola) na EMEIEF, faziam parte da unidade escolar no ano de 2017.

Todos os professores questionados tinham idade superior a 30 anos, predominando a faixa etária entre 31 e 40 anos com (56%), seguida por professores com idade entre 41 e 50 anos, compondo (40%) e os professores acima de 50 anos representados por (4%) dos entrevistados.

A questão do gênero também foi considerada para a caracterização desses profissionais, apresentando uma predominância do sexo feminino de 96% e do sexo masculino de 4% dos entrevistados.

Todos os entrevistados possuíam graduação em Pedagogia e alguns apresentavam uma segunda graduação, sendo elas: Educação Física, 2 professores; Letras, 1 professor e Artes visuais, 1 professor.

Dentre os professores que compõe a amostra, 24% não possui qualquer tipo de curso de especialização lato-sensu ou stricto sensu, enquanto a maioria com 76% dos professores, possuem um ou mais cursos de especialização lato sensu ou stricto sensu, totalizando 35 especializações, variando entre: Alfabetização e Letramento (20%); Educação Infantil (20%); Psicopedagogia (14,2%); Formação de Gestores (2,8%); Educação Ambiental (11,4%); Educação Especial (5,7%); Administração Escolar (2,8%); Ensino Lúdico (5,7%); Metodologia do Ensino de Artes (2,8%); Dificuldades na Aprendizagem (2,8%); Neuroeducação (2,8%); Psicomotricidade (2,8%) e Mestrado em Educação (2,8%).

Apenas 8% dos professores que participaram da pesquisa possuem algum curso de formação específico para trabalhar com alunos com NEE, contra 92% que não possuem qualquer tipo de curso relacionado a temática.

Com esses dados já é possível observar algumas falhas em relação ao processo de formação do professor no que diz respeito a atuação direta do profissional com os alunos com NEE, ainda que seja apenas para dar a segurança que os professores tanto procuram, mas não é esse o foco da pesquisa, e sim enxergar a prática dentro das salas de aula, a partir da perspectiva dos professores caracterizados acima.

A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

Assim como mencionado anteriormente as respostas a seguir podem ou não corroborar com a realidade da rede de ensino de Santo André como um todo, mas o fato é que dentro do universo da amostra pinçado por essa pesquisa, os professores participantes pensam, acreditam e trabalham partindo dessa perspectiva, ainda que algumas vezes destoante da ideologia de inclusão da Secretaria de Educação.

A seguir é possível observar o quadro obtido através do questionário aplicado aos professores da EMEIEF.

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. Os alunos com NEE's devem estudar apenas em salas de ensino regular.	56%	32%	0%	12%	0%
2. O número de alunos por sala de aula é adequado para que haja a inclusão.	80%	16%	0%	4%	0%
3. A inclusão prevista nas leis federais, estaduais e municipais são semelhantes a prática em sala de aula.	60%	28%	8%	4%	0%
4. As avaliações externas como, Provinha Brasil e SARESP, tem objetivos diferenciados para alunos com NEE's.	64%	4%	8%	24%	0%
5. A maneira como é proposta a inclusão no município de Santo André funciona bem.	28%	44%	0%	28%	0%
6. Devido a falta de controle dos alunos com NEE's, não é benéfico para eles serem incluídos em turmas de ensino regular.	44%	32%	0%	20%	4%
7. A eficácia pedagógica dos professores nas turmas com alunos com NEE's fica reduzida, visto que tem de atender alunos com diferentes níveis de capacidades.	4%	16%	8%	40%	28%
8. Os recursos oferecidos pela Secretaria de Educação são suficientes para que a inclusão ocorra adequadamente.	52%	28%	0%	20%	0%

9. Os alunos com NEE's obteriam mais proveito se fossem educados em instituições de ensino especial.	32%	36%	0%	24%	8%
10. A educação dos alunos com NEE's em uma turma de ensino regular, atenua as diferenças entre eles e os seus companheiros ditos "normais".	8%	16%	8%	36%	32%
11. Todos os alunos, quaisquer que sejam as suas necessidades educativas, tem o direito de assistir as aulas na turma de ensino regular.	4%	8%	0%	24%	60%
12. A presença de um aluno com NEE's em uma turma de ensino regular, não interfere com o progresso dos seus colegas.	4%	28%	0%	40%	20%
13. Sem uma formação especializada, dificilmente o professor do ensino regular poderá dar uma resposta adequada aos alunos com NEE's.	16%	28%	0%	28%	28%
14. A quantidade de AIE é suficiente, visando o tamanho e a demanda da escola.	68%	12%	4%	16%	0%
15. A heterogeneidade das turmas não tem relação direta com o sucesso ou insucesso escolar.	0%	40%	4%	28%	28%

Tabela 1 – Perspectiva dos docentes em porcentagem

De acordo com a tabela produzida a partir das respostas dos professores, é possível levantar diversos pontos, de acordo com a perspectiva desse profissional que está na ponta de todo o processo, buscando tornar concreto o que é imaginado na esfera legislativa.

No item 1 ao ser afirmado que alunos com NEE devem frequentar apenas as salas de aula no ensino regular, 56% dos professores discordaram totalmente; 32% discordaram parcialmente, 12% concordaram parcialmente e 0% concordam totalmente. Com esse resultado isolado é possível imaginar um grupo de professores em que a maioria seja de alguma forma contra a inclusão total, entretanto essa perspectiva se inverte quando analisado os itens 9 e 11, pois os mesmos, acreditam que todos os alunos, indiferentemente de suas NEE's, devem assistir aula em salas

de ensino regular, assim como também acreditam que os alunos não teriam melhor proveito educacionais frequentando apenas instituições de educação especial.

Outro ponto importante a ser observado é em relação a quantidade de alunos por sala de aula, onde 96% discordam total ou parcialmente sobre ser o adequado para que ocorra de fato a inclusão de todos em uma aula de qualidade, que promova o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, como aparece no item 2 da pesquisa.

Dentre os 25 professores que participaram da pesquisa apenas 4 possuem algum curso de especialização relacionado a educação especial, equivalente de 16% dos professores entrevistados, sobrando 21 professores ou 84% que não possuem qualquer curso relacionado a temática. Embora 68% tenha uma ou mais especializações, indo na contramão do item 13 onde, 56% dos mesmos professores, concordam total ou parcialmente que para dar respostas frente as necessidades dos alunos com NEE é necessário ter cursos e especializações relacionados ao tema.

No item 3 é apresentado que, 88% dos professores discordam total ou parcialmente sobre a inclusão de alunos com NEE que ocorre na prática dentro das salas de aula, possuam as mesmas características da inclusão prevista na legislação, apontando uma falha nas práxis ou até mesmo uma possível falta de apropriação do assunto por parte dos professores.

Entre os fatores que dificultam a ação pedagógica está, além do grande número de alunos em sala de aula, como descrito anteriormente, a redução da eficácia pedagógica, afirmada por 68% dos questionários, como pode ser observado no item 7, pois diante de uma turma homogênea, por muitas vezes o professor é envolvido com as diversas demandas advindas dos demais alunos da sala, e mesmo que sem perceber, deixa de dar a atenção necessária para a estimulação das competências dos alunos com NEE, o contrário também é verdadeiro, pois ao dar atenção as necessidades especiais, deixa de atender os demais alunos. No entanto ao serem indagados sobre a dificuldade de interagir ou até mesmo controlar algumas ações prejudiciais à saúde da criança com NEE e dos demais alunos, 72% acreditam que a inclusão é benéfica e apenas 28% discordaram parcialmente sobre esse benefício, caracterizando e firmando ainda mais o pensamento inclusivo do grupo de professores participantes.

De acordo com as respostas obtidas nos itens 5, 8 e 14 na perspectiva dos professores questionados, 78% apontam total ou parcialmente que o sistema de inclusão proposto pela Secretaria de Educação de Santo André não funciona bem dentro das salas de aula, 80% afirmam total ou parcialmente que os recursos fornecidos para desenvolver a aprendizagem em alunos com NEE é insuficiente, assim como demonstram com 80% das respostas a insatisfação com o número de Agente de Inclusão Escolar, julgando não suprir as necessidades da unidade escolar.

Outro ponto delicado são as avaliações externas (Provinha Brasil), 68% dos professores acreditam que os conteúdos e valores que por muitas vezes são trabalhados dentro da sala de aula com os alunos com NEE, não aparecem nessas

avaliações, colocando a escola em uma situação difícil, pois deixar o aluno com NEE de fora do processo de avaliação seria excluí-lo de parte de seus direitos como aluno da rede regular de ensino, em contra partida a realização dessas avaliações sem as adequações necessárias diminui a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), correndo o risco de deixar escolas que possuam o maior índice de inclusão na prática, entre as piores, diante de visões globais baseadas no IDEB.

Por fim, cabe salientar a positividade de ter alunos com NEE estudando em salas de ensino regular, pois o item 10 aponta que, 68% dos professores acreditam total ou parcialmente que a convivência entre os alunos atenuam as diferenças entre eles, podendo assim criar cidadãos com olhares diferenciado sobre as necessidades especiais, com maior compreensão e aceitação, além de estimular o desenvolvimento dos alunos com NEE, é uma forma de adaptar o meio ao aluno, ao mesmo tempo que o aluno também é adaptado ao meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede municipal de educação em Santo André possui longa história em torno da Educação Inclusiva, e a busca de uma escola para todos, atravessando vários momentos, assim como diversos órgãos públicos em todo território nacional que se preocupam em suprir as demandas da sociedade, pois o modo de enxergar as pessoas com qualquer necessidade especial, seja ela qual for, evoluiu e não caberia na atualidade a exclusão de um aluno com NEE das escolas de educação infantil e ensino básico, assim como a segregação dos mesmos em instituições especializadas, no entanto atualmente a integração, que surge de maneira subsequente no processo histórico, já é considerada ultrapassada, porém a inclusão em uma escola para todos ainda não acontece, ao menos não de acordo a visão dos professores entrevistados.

Os professores não estão de modo algum contra a inclusão dos alunos com NEE dentro das salas de aula de ensino regular, a problemática está envolvida na maneira com que essa inclusão é assistida pela Secretaria de Educação. De acordo com os dados levantados na pesquisa, os maiores percentuais estão relacionados negativamente aos recursos de materiais e humanos oferecidos pela Prefeitura.

Também é possível chegar a ideia de que o sistema de inclusão da prefeitura deve ser mais claro aos professores, para que eles entendam de fato, quais são os objetivos e as metas que o professor deve alcançar com os alunos com NEE, pois a não existência da busca clara de tais interesses, seria um possível retrocesso, onde alunos com NEE frequentam instituições mesmo que de ensino regular, para serem simplesmente “cuidados” naquele período, sem qualquer objetivo pedagógico claro com essas crianças, a escola não passa de um asilo velado pela sociedade e órgãos competentes, voltando ao método de integração ou até mesmo da segregação, de acordo com a pesquisa histórica sobre o caminhos percorridos pela Prefeitura de

Santo André, certamente esse não é o objetivo, ao menos não na teoria, porém se o personagem que está diretamente ligado a prática, tendo contato diário com alunos, familiares e comunidade escolar como um todo, não compreende a melhor formas de incluir os alunos com NEE, ou possuem dificuldades, devido à falta de auxílio dentro da sala de aula, surge uma falha no processo de capacitação e de comunicação dentro da Prefeitura, pois de nada adianta a quantidade de leis, metas entusiastas do Plano de Educação, se quem está na ponta não foi preparado para coloca-las em prática ou ainda pior, desconhecem por completo todo esse movimento.

As avaliações, sejam elas internas ou externas são aplicadas nas Escolas Municipais de Santo André, assim como na maioria dos municípios brasileiros, em geral são classificatórias, mesmo que em alguns casos não classifique diretamente o aluno, está classificando a escola, o método de ensino e aprendizagem, ou até mesmo o sistema de educação em sua totalidade, como descreve brilhantemente Macedo (2007) existem duas maneiras de enxergar a inclusão/exclusão, através da classificação ou através da relação, ao usar métodos classificatórios, automaticamente é excluído aquele que não assume o perfil desejado ou estipulado pelo sistema de avaliação, e completa afirmando que, não há como ser a favor da classificação em alguns momentos e em outros onde nos causa constrangimento, ser contra, talvez esse seja o ponto mais relevante para realização de estudos posteriores.

A escola para todos surge como uma proposta, tendência, que dificilmente será deixada de lado, porém é necessário que teoria e pratica vislumbre os mesmos sonhos e anseios, pois de acordo com a pesquisa desenvolvida e a perspectiva dos professores, não é isso que ocorre na relação entre a Secretária de Educação de Santo André e os professores em sala de aula, independente dos motivos que leve a esse quadro, fato é que, existe esse distanciamento entre teoria e prática.

Uma gestão democrática como a efetivada em Santo André deve criar canais para melhor ouvir e aceitar as opiniões dos profissionais que lidam com o problema no cotidiano, ainda que esses não sejam, especialistas no assunto, mas tudo imaginado e escrito por teóricos está nas mãos desses profissionais.

Existem muitas vertentes e variáveis que possuem a urgência de serem estudadas de maneira mais aprofundadas para compreender a dimensão desse distanciamento entre teoria e prática, suas possíveis causas e a averiguação sobre a possibilidade do fenômeno ser isolado ou estender-se por toda rede de ensino de Santo André.

Finaliza-se a pesquisa com a reflexão. Uma das maneiras de diferenciar inclusão e integração é que, na integração procuramos tornar o indivíduo útil para a sociedade em que está inserido, enquanto na inclusão a sociedade é que deve ser modificada para incluir o sujeito, seguindo esse pressuposto, quando temos professores que não se sentem preparados para inclusão de alunos com NEE da maneira que é proposta. Deve-se modificar a proposta ou modificar o professor?

REFERÊNCIAS

BATISTÃO, S. P. da S. **Educação inclusiva ou educação para todos?:** contribuições da teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar. São Paulo, USP, 2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas. 1994.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 de ago. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** 2ª edição. São Paulo, Atlas, 1989.

MACEDO, L. **Fundamentos para uma educação inclusiva.** Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2017.

MENDES, E. G. **A Radicalização do Debate Sobre Inclusão Escolar no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, 2006, v.11, nº 33 /set. /dez.

SANTO ANDRÉ. **Plano de Educação de Santo André: Metas 2015 – 2025 lei nº 9723.** Santo André, SP, Aeroestúdio, 2015.

_____. **Lei orgânica municipal de 02 de abril de 1990.** Disponível em: http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=473&Itemid=24. Acesso em: 17 out. 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-460-3

